

*Discurso na solenidade de apresentação
dos estagiários da Escola Superior de
Guerra (ESG)*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE AGOSTO DE 2002

Meu caro Vice-Presidente Marco Maciel; Senhor Ministro da Defesa, Doutor Geraldo Quintão; General Alberto Mendes Cardoso, Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Vice-Almirante Adilson Vieira de Sá, Comandante da nossa Escola; Senhores Estagiários; Senhoras Estagiárias, Senhoras e Senhores,

Como já disse, há poucos instantes, o Ministro Geraldo Quintão, a Escola Superior de Guerra – e os senhores sabem tão bem quanto eu – é uma instituição que se distingue pela sua elevada preocupação em compreender os desafios e as perspectivas do Brasil.

Sabemos que essa foi, realmente, a motivação originária dessa Escola, em 1949. Nomes ilustres, alguns dos quais pude conhecer pessoalmente, como o Marechal Cordeiro de Farias, estavam convencidos de que a segurança do Brasil não era função apenas da capacidade militar nossa, mas do grau de desenvolvimento econômico e social do nosso país.

A experiência de alguns daqueles oficiais, entre os quais o já citado Marechal Cordeiro de Farias, na Força Expedicionária Brasileira, confirmou, para eles, a necessidade de uma articulação maior entre as

Forças Armadas, o Estado e o conjunto da sociedade, notadamente no aparato industrial. E isso era a prática nos países que, então, lutavam, como no caso dos Estados Unidos.

Esse foi o entendimento que inspirou a criação da ESG. Nos últimos anos, com o processo de redemocratização, a Escola retomou essa vocação originária, que era buscar formas de integração crescente entre o Estado e a sociedade e trazer, para o primeiro plano, a discussão sobre as questões de interesse nacional.

Por isso, todas as vezes que tenho tido o gosto de poder me dirigir aos estagiários e às estagiárias dessa Escola, o que fiz, regularmente, nestes anos todos – esta, portanto, é a oitava vez que tenho esse prazer –, procurei recordar alguns dos fatos mais marcantes no nosso desenvolvimento econômico e social e quanto possível, também, situar a nossa política no cenário internacional.

Acho que é conveniente ressaltar, neste momento, que, do ponto de vista da conjuntura política, apesar da conjuntura ser eleitoral, tivemos uma tal evolução dos nossos costumes políticos que as incertezas que havia, mesmo no começo dos anos 90, deram lugar a uma experiência de governabilidade, talvez sem precedência.

Nós vivemos, nestes anos todos, um período de tranquilidade institucional. Não há um fato a registrar, de crise institucional, que pudesse ser, realmente, algo digno de uma menção. Não existiu. Não houve choques entre as instituições militares e civis e nas civis entre si: o Executivo com o Legislativo, o Executivo com o Judiciário. Não. Estes anos têm transcorrido dentro do que se pode chamar de normalidade institucional.

E essa normalidade permitiu que houvesse uma colaboração muito efetiva entre o Executivo e o Congresso, a tal ponto que aprovamos, de 95 para cá, 31 emendas à Constituição.

O nosso Vice-Presidente, que foi, como eu, constituinte e tem larga experiência parlamentar, muito maior que a minha própria, sabe que isso não é uma coisa fácil, aprovar emendas constitucionais, porque o nosso regime, para mudança da Constituição, requer, como os senhores e as senhoras sabem, uma convergência de opiniões imensa, porque

temos não apenas que obter 3/5 de cada casa duas vezes, como, pelo regimento, sobretudo da Câmara, é preciso repetir essa votação infinitas vezes, porque, dada, talvez, até uma liberalidade excessiva do regimento, é possível pedir uma nova votação de cada item já aprovado.

De modo que aprovar 31 emendas constitucionais requer uma articulação forte entre o Executivo e o Legislativo e, eu diria, da Sociedade também, através da mídia, para que haja uma formação de opinião que permita algum consenso.

Eu acho que termos sido capazes de mudar tantas vezes a Constituição é algo que mostra o efeito de um período de longa estabilidade institucional, de um clima político que, com toda a liberdade, com toda a oposição, usando todos os métodos disponíveis, às vezes até insistindo nos seus métodos de provocar delonga nos processos decisórios, ainda assim foi possível avançar bastante.

Creio também que, na verdade, em outros níveis se podem verificar os efeitos disso. No que diz respeito, por exemplo, ao equilíbrio entre a União, os estados e os municípios, o equilíbrio da Federação é extremamente difícil, em função das demandas sobre o orçamento, que são imensas, como é natural num país em fase ainda de crescimento e sem recursos suficientes. Não obstante, pudemos aprovar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é uma lei que disciplinou, de maneira bastante severa, o gasto público. Foi possível renegociar a dívida dos estados, o que levou anos sendo feito. Mas, hoje, os estados entraram numa disciplina fiscal e têm um processo rotineiro de pagamento de suas dívidas com a União.

Claro que tudo isso provocou, em certo momento, articulações, protestos, reclamações, propostas de não-pagamento. Mas, pouco a pouco, houve uma volta à compreensão de que a lei deve ser obedecida e que, uma vez o contrato firmado, esse contrato tem que ser honrado. E, hoje, o que se verificou, numa avaliação feita pelo BNDES, foi muito importante, porque vimos que houve um comprometimento efetivo dos municípios e dos estados com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Muito poucos não estão seguindo a Lei de Responsabilidade Fiscal e alguns estão, hoje, temerosos das conseqüências de não haver seguido, porque

existem penalidades. Claro que isso também ajuda, efetivamente, para que haja uma maior responsabilidade no gasto público, de tal maneira que estamos em plena campanha eleitoral e, se forem olhar, os estados e municípios continuam produzindo os superávits necessários para a diminuição da dívida, porque existem regulamentos legais que assim obrigam.

De modo que esse esforço conjunto foi muito importante. Foi muito importante também porque passamos estes anos todos reconstruindo o aparelho estatal brasileiro e reconstruindo hábitos de uso da máquina pública, dos recursos públicos, o que não é fácil fazer. E como fazer isso em circunstâncias nem sempre favoráveis, muitas delas adversas? Basta dizer que, nestes anos em que estou no Governo, enfrentamos creio que umas cinco crises financeiras. Em 94, 95, a crise do México – só em 96 não houve crise, e em 2000 –; em 97, a crise da Ásia; em 98, a da Rússia; em 99, a nossa; no meio disso tudo, algumas da Argentina; em seguida, a crise dos Estados Unidos; e, de novo, crise na Argentina, crise no Brasil. Quer dizer que, praticamente, apenas nos anos de 96 e 2000 é que não tivemos fenômenos financeiros perturbadores.

Apesar disso, foi possível reconstruir todo esse aparato de controle institucional, para que pudéssemos ter certa disciplina no gasto público e, o que é tão importante quanto isso, levar adiante um processo grande de descentralização administrativa, o que tem também seus problemas, porque, naturalmente, nem todas as unidades federativas, os entes federativos – e me refiro mais especificamente aos municípios – têm a capacidade ainda de absorver os recursos disponíveis, ou melhor, de absorvê-los bem. Então, existem ainda problemas que só vão ser resolvidos no decorrer do tempo, quando a própria sociedade participar mais ativamente do controle do gasto público e da decisão de investimento, etc. Mas o processo é irreversível. Hoje, praticamente, a União coleta impostos e, depois, passa esses mesmos impostos para os estados e, principalmente, para os municípios, através dos programas de saúde, do SUS, dos programas educacionais, do Fundef e de outros mais. Enfim, dos programas sociais em geral, crescentemente, a União determina as políticas, recolhe os recursos, mas transfere a execução para os

estados e para os municípios, o que dá, naturalmente, uma responsabilidade crescente aos estados e aos municípios – mais aos municípios, na verdade – na implementação das políticas. Na verdade, isso leva geralmente a uma espécie de democratização da utilização desses recursos públicos, mas, politicamente, com muitos problemas, porque ninguém nem percebe qual é a ação da União. Percebe-se qual é a ação de quem usa o recurso e não se percebe qual é a ação da União. Mas isso não tem importância. O que tem importância mesmo são os efeitos sobre a sociedade e sobre o Brasil.

Nós, na verdade, fizemos isso em um momento que não é fácil, pelas razões já mencionadas, das dificuldades financeiras, mas também porque, infelizmente, não conseguimos quebrar certa rigidez que há no orçamento da União.

Vejam a tabela que aí está. Não sei se dá para ver essa tabela, porque são muito pequenininhos os números. Mas aí é interessante verificar o seguinte: temos, aí, a evolução do gasto público, a receita dos anos 2000, 2001, 2002, a programação para 2003 e vamos ver que, dessa despesa total que aí se realizou, houve um gasto muito grande com pessoal e Previdência, grosso modo. Da despesa de 276 bilhões de reais, 150 bilhões vão para pessoal e para a Previdência. Depois, temos transferência de 150 bilhões, grosso modo. Vocês podem ver aí, na tabela. Houve um certo aumento percentual desse gasto – mais da Previdência do que de pessoal –, mas o gasto é bastante expressivo nesses dois itens.

Depois, temos transferências constitucionais, que chegam a cerca de 50 bilhões; outras despesas obrigatórias, 40 e poucos bilhões. E, aí, notadamente, vê-se, na saúde, que tem verba vinculada e, depois, outras obrigatórias.

Na prática, os chamados gastos discricionários são de cerca de 20 e poucos bilhões. Gasto discricionário quer dizer aquele sobre o qual a União pode decidir. Quer dizer que, do orçamento de 276, da despesa de 276 bilhões, de fato, a União pode atuar sobre 28 bilhões, ou era sobre isso no ano 2000. No ano 2002, é sobre 22 bilhões. E podem ver aí que esse foi o gasto que foi reduzido, porque, cada vez que se fala em contingenciar, isso recai sobre uma pequena parcela do orçamento,

porque o resto não pode ser contingenciado, porque são despesas obrigatórias de pessoal, de Previdência, de transferências constitucionais, de pagamento de juros e não podem ser contingenciados.

Então, isso limita muito a ação do Governo Federal, porque temos uma estrutura orçamentária rígida que faz com que todo o esforço da União se reduza a um pequeno número de recursos, que são fundamentais para investimento, por exemplo. O pessoal das Forças Armadas está lá em cima, mas o investimento estaria aqui em baixo. O investimento em infra-estrutura está neste nível menor. Transportes, tudo que diz respeito àquilo que conta para acrescentar ao sistema produtivo fica reduzido a 10% do gasto geral. O resto é gasto obrigatório. Então, a ginástica que se tem que fazer para operar um orçamento com essa rigidez é muito grande.

Recordo-me de que, quando era Ministro da Fazenda e estava propondo o que veio a se chamar de Plano Real, fui muitas vezes ao Congresso, para mostrar aos parlamentares o seguinte: “Olhem, ou se desvinculam algumas verbas, ou o Governo não tem como fazer nada. Naquela ocasião, criamos o Fundo Social de Emergência – pusemos esse nome –, que, na verdade, era a liberação de uma porcentagem das verbas obrigatórias, para que a União tivesse margem de manobra. Mas, isso, com o tempo, se vê que não resolveu. Pelo contrário, houve mais vinculações. E o objetivo, hoje, de cada setor da sociedade é de vincular mais as verbas. Se vincular esses 28 bilhões também, então, aí, a União fica com um papel simbólico de recolher os recursos e passar para terceiros, sem ter nenhum impacto possível no seu desenvolvimento.

Pois bem, foi trabalhando nessas circunstâncias, ou seja, de pressões de mercado, no caso das crises financeiras, e de rigidez no orçamento, por causa das vinculações e pelo fato de que não conseguimos avançar na reforma da Previdência – podem ver o valor da Previdência, está ali, é de 97 bilhões, no ano de 2003, e de 93 bilhões, no ano de 2002. Aí devem estar a Previdência pública e a privada juntas. Mas, se separarmos só a Previdência pública, o déficit é de uns 20, 25 bilhões de reais, mais ou menos. Vê-se que é uma limitação muito grande. Não houve uma reforma capaz de fazer uma curva que permitisse dizer: “No futu-

ro, isso vai estar resolvido.” Não vai estar resolvido. No futuro, vamos continuar contando com um fator de rigidez enorme. E mesmo os esforços grandes dessas reformas que mencionei, no Congresso, muitas vezes não foram compensados nos seus resultados, porque as emendas foram de tal natureza no Congresso, ou as decisões na Justiça foram de tal natureza, que limitaram muito a possibilidade efetiva de se ter um descortino de recursos e de capacidade de ação maior, por parte da União.

Pois bem, trabalhando com esse sistema bastante apertado, ainda, assim, conseguimos fazer alguma coisa, creio eu, de significativo, no que diz respeito à área social. A taxa de analfabetismo, hoje um dado conhecido, caiu de 19% em 91 para 13% no ano 2000. Claro que quanto mais baixa vai ficando a taxa mais difícil é aumentar a velocidade da sua queda, porque são aqueles grupos que têm mais dificuldade, efetivamente, de serem alcançados. Mas, de qualquer maneira, houve uma queda muito grande.

Mais expressivo do que isso é que, na verdade, estamos nos aproximando de colocar todas as crianças na escola. Como todo o mundo já sabe, não preciso estar repetindo muito esses dados, mas são importantes. E, como digo sempre, o que é mais importante é que, se nós estamos nos aproximando de 96, 97% de taxa de escolarização, no grupo de idade do ensino fundamental, na verdade, aumentamos bastante o número de crianças mais pobres que estão freqüentando as escolas. Passaram de 75% em 1995 para 93% em 99. E as crianças negras, que estão entre as mais pobres, passaram de 79% para 93%.

Então, é inequívoco que, a despeito da rigidez do orçamento, a despeito das dificuldades e crises financeiras, vulnerabilidades externas, etc., etc., foi possível fazer os ajustes que fizemos, sem comprometer programas sociais fundamentais, porque isso seria, realmente, extremamente grave.

Não vou cansá-los com muitos dados, mas o número de crianças que completou o curso aumentou em 67%. Houve um aumento de 67% daqueles que completaram o curso, de 94 para o ano 2000. E, no ensino médio, foi mais expressivo, ainda, o avanço.

O mesmo se repete na área da saúde. Quer dizer, a queda da mortalidade infantil corresponde à mesma coisa da queda do analfabetismo no

Brasil. A mortalidade infantil caiu de quase 48 por mil para 29 por mil, entre 91 e 2000. Nós superamos as metas propostas pelas Nações Unidas, para resolver essas questões de analfabetismo e essas questões relativas à mortalidade infantil.

E, de novo, aqui, o que se vê é que a queda da mortalidade infantil foi maior onde tinha que ser, ou seja, foi maior no Nordeste, que passou de quase 73 por mil para 44 por mil. Quer dizer, é nas zonas mais pobres do Brasil onde, mais rapidamente, a atuação do Poder Público está conseguindo ter êxitos na redução dos males sociais. E, correspondentemente, a expectativa de vida vem aumentando. E aumentou, de 91 para 2000, em praticamente três anos. E, para os que somos mais velhos, isso nos deixa muito contentes, até porque vocês sabem que, quando se chega a uma certa idade, a expectativa passa para idades mais adiante.

De modo que houve, realmente, aqui, um avanço grande, na questão da expectativa de vida. E devo lhes dizer que isso significou, também, uma expectativa maior para as áreas mais pobres. Quer dizer que, nestes anos, o que tentamos fazer foi, realmente, cuidar daqueles que nunca haviam sido cuidados de forma sistemática, que eram os mais pobres. E os mais pobres estão no Nordeste, nas periferias das grandes cidades, no Norte, estão no campo e são de famílias que têm, geralmente, só mulheres sustentando e, sobretudo, negro. Esse é o mapa da pobreza no Brasil, e foi para essa gente que a ação social se orientou com mais força.

Também não quero cansá-los sobre dados dessa natureza, mas sabem que aumentamos muito, no Programa de =, o número de equipes que estão cuidando das pessoas. Passamos de 328 equipes de médicos, que cuidam do Programa de Saúde da Família, em 94, para 13.000 equipes. Hoje, atendemos cerca de 50 milhões de pessoas por esse sistema. Nós atendíamos 1 milhão em 94. Quer dizer, a diminuição da mortalidade infantil e todos os demais dados sociais positivos têm a ver com o fato de que, efetivamente, estamos atendendo melhor as famílias mais pobres, com essas equipes do Saúde da Família.

E os agentes comunitários de saúde, então, passamos de 29 mil para 152 mil. Isso significa que a população atingida passou de 16 milhões

para 80 milhões. É claro que quem mora nas grandes cidades não vê nem registra o fato. Mas é isso que resulta, com o tempo, na melhoria das condições sociais e dos indicadores todos, que vão mostrando, no decorrer do tempo, que o avanço está sendo feito.

Bom, também quero dizer, a despeito de tudo que se possa criticar – e é criticável mesmo – e que se possa desejar, que as coisas melhoraram, mesmo no que diz respeito à questão de salário e de renda. Eu peço que mostre aí. No que diz respeito, por exemplo, ao salário mínimo, que, na verdade, rege basicamente, hoje, os aposentados, porque os outros já têm mecanismos diferentes de salário, inclusive porque mudamos a legislação e os governadores podem determinar o salário do setor privado, esse dado, aí, mostra o seguinte: que houve um avanço na evolução histórica do salário mínimo real. Ele está 27% acima do que era no começo dos anos 90. Esses dados aí mostram a evolução do salário mínimo, notadamente nos anos de 1974, 1975 até 1990. Caiu muito. De 90 em diante, houve ziguezague e, depois do Plano Real, houve uma subida continuada no valor do salário mínimo.

O fato é que, antes do Plano Real, um salário mínimo comprava 60% da cesta básica. Hoje, compra 120%, quer dizer, 1/5 a mais da cesta básica de antes, e eu digo que é o maior momento, mas, realmente, por mil razões, não está no melhor momento, depois do Plano Real.

Mas é indiscutível que houve um aumento efetivo do valor do salário mínimo, em termos numéricos e em termos de capacidade de compra. E a referência para o salário mínimo não é o dólar, porque a cesta básica não é composta por produtos comprados em dólar, é composta por produtos comprados em real. Então, a cesta básica é que é a medida efetiva do salário mínimo, se ele é maior ou menor, se melhorou ou se piorou.

Ou seja, o número de pessoas que recebe salário mínimo, proporcionalmente, é menor, hoje, como aqueles que recebem salário mínimo – os dados estão claros – têm um desempenho melhor hoje. Pode mostrar a outra tabela? Esta, aí, diz respeito à renda familiar per capita. Essa renda familiar é que é o dado mais importante, quando se analisam condições de renda das famílias, porque, na família, muitas pessoas

trabalham, algumas pessoas trabalham. Tem que ver a média da renda das famílias.

O que se vê é mais ou menos a mesma coisa. Houve, na verdade, com exceção do período de 90 a 94, na década, uma evolução positiva. E, quando se vê, de 95 até o ano 2000 a renda familiar sobe fortemente, mas sobe fortemente a partir de um patamar baixo. Isso é inegável. O patamar é baixo. Mas, não é verdade que esteja havendo um empobrecimento, nem olhando do ponto de vista do salário mínimo, nem olhando, como agora estamos mostrando, do ponto de vista da renda familiar. Mesmo quando se vê – pode mostrar a outra tabela – o rendimento mensal dos trabalhadores, vê-se que houve aumento, de 91 a 93, está ali, de 95 a 2001, está ali, em média, no rendimento mensal dos trabalhadores.

Isso pode, às vezes, perturbar, porque se vê, a cada instante, no jornal, um dado a respeito: “Caiu a renda.” Quando se vê que caiu a renda, dá a impressão de que acabou a renda. Só que precisa ver o que é que significa esse “caiu a renda”: foi naquele mês, foi naquele setor, foi na indústria, foi na média?

Aqui nós temos, realmente, um dado consolidado, que aconteceu com a média mensal dos salários. A partir desses dados, vê-se que houve um certo avanço. Claro. E, como consequência, o patamar de pobreza diminuiu também. Outra tabela.

Isto é conhecido. Vê-se a redução da proporção de pobres no Brasil. Quando se quer usar os dados de uma maneira mais, enfim, discutível, põem-nos em termos absolutos. Em termos absolutos, os países que têm população grande têm sempre um número maior do que os que têm população pequena. Em termos absolutos, a Índia, a China, a Rússia ou os Estados Unidos sempre ganham.

Mas, em termos de proporção, o que se vê é que há uma redução continuada da linha de pobreza, a despeito de todas as dificuldades do País. Ali, havia 47% – e é sempre melhor pegar períodos, e não ano, porque no ano pode haver uma avaliação. E quando se quer analisar o que acontece com o País, e não quando se quer ganhar uma discussão, quando se quer mostrar o que está acontecendo com o País, é melhor

pegar médias que independem de fatores conjunturais. Então, o que se pode dizer é que a proporção de pobres está diminuindo.

É claro que um país que tem 33% da população pobre está mal. Nós queremos reduzir muito isso. Mas, aqui, não estou dando dados para dizer que resolvemos os problemas. Estou dando dados para mostrar que, com todas as dificuldades, com rigidez de orçamento, com vulnerabilidade externa, com crises financeiras, a tendência foi de avançar, e não de piorar.

Eu acho que isso tudo não acontece por acaso: a renda, a melhoria de saúde, etc., etc. Além de o gasto público ter aumentado significativamente nessas áreas, nas áreas sociais, porque nunca fizemos – eu já mostrei aqui – o contingencimento, fez-se não sobre a parte que é obrigatória. Educação e saúde estão sempre fora disso e reforma agrária também. Então, isso sacrifica certos setores da sociedade, mas não sacrifica os setores que são aqueles mais vulneráveis da sociedade.

Além disso, dentro das nossas condições, que são – repito – difíceis, precárias, para que pudéssemos ter uma redução de nível de pobreza, foi preciso que o Governo Federal, os governos estaduais e os municipais se organizassem. Hoje, temos o que chamamos de uma rede de proteção social do Governo Federal. São 12 programas. Aí se incluem o Bolsa-Escola, a questão do fortalecimento da agricultura familiar, a erradicação do trabalho infantil, o Bolsa-Alimentação. Enfim, nesse conjunto de programas, estamos, hoje, distribuindo 30 bilhões de reais, sob a forma de dinheiro.

Vejo, muitas vezes – e repito sempre isso –, discussões sobre a distribuição de renda e sobre o coeficiente de Gini, que é o que mostra a desigualdade. As pessoas confundem desigualdade com nível de pobreza. Em um país como os Estados Unidos, a desigualdade está aumentando. Na maioria dos países da África, a desigualdade está diminuindo, porque a pobreza atingiu a todos e, às vezes, mais rapidamente os que mais ganham. Então, o coeficiente de Gini não mostra nível de pobreza. Ele mostra outra coisa. É um coeficiente que tem que ser analisado no tempo, porque ele varia muito pouco em décadas. Não varia de um ano para o outro. Em décadas, varia um pouco, mas mostra a desigualdade.

O ideal é que se tenha um aumento do piso da sociedade e uma diminuição da distância entre os segmentos da sociedade. Esse é o ideal. Agora, aqui, no Brasil, o que aconteceu nos últimos anos foi uma pequeníssima diminuição da desigualdade. O Gini mostra isso, mas mostra com lupa. Na verdade, é quase nada. Houve, isto, sim, um aumento do piso da sociedade. Aumentou tudo, mas o piso também aumentou, não ficou para trás. Podia ter crescido mais, certamente. Eu gostaria. Mas, de qualquer maneira, não houve perda na base. E não houve perda na base, em parte, porque houve uma distribuição direta de renda, via esses programas que chamei de rede de proteção social, feitos pelo Governo Federal.

Só para lhes dar uma idéia da grandeza disso, 30 bilhões de reais são tudo que a União recebe do Imposto de Renda de pessoa física e jurídica. Não conheço outro mecanismo de distribuir renda. O outro é na empresa, é na economia, é na sociedade. O que o Governo faz é tomar, usar os recursos para fins sociais, quando pode. E, para investimentos reprodutivos de infra-estrutura, pôde pouco atender, através de meios diretos, os mais pobres. Como é que se atende isso? Através da Caixa Econômica Federal. São os cartões magnéticos, que, no caso do Bolsa-Escola, é a mãe de família que vai lá e recebe, quer dizer, sem intermediário político, sem clientela, sem que haja aproveitamento político. É dinheiro direto, e todo esse dinheiro é do Imposto de Renda.

Então, quando alguém perguntar: “Pago meu Imposto de Renda e não sei o que fazem com ele”, mostrem esses dados: 30 bilhões fazem 12 programas, que dão dinheiro diretamente aos mais pobres.

Quer dizer, sobre a parte que corresponde ao Governo fazer para distribuir renda, montamos um sistema. Não quero exagerar. Montamos um sistema. É preciso ter persistência nisso nos próximos anos, para que, efetivamente, os sinais de que os índices sociais estão melhorando continuem. Agora, a outra distribuição de renda depende do seguinte: mais emprego, mais produtividade, mais riqueza e, aí, sim, essa riqueza não vai estar concentrada no setor privado, nas mãos de poucos. Mas, aí, não é o setor público quem vai fazer essa parte. É o mercado quem vai fazer. O setor público vai fazer indiretamente, dando

educação, para poder valorizar o salário, valorizar a capacidade de cada um, ter mais gente nas universidades com competência, etc., etc.

O fato é que conseguimos, de alguma maneira, ao mesmo tempo, estabilizar a economia. Não vou dar os dados, porque não é preciso. Ontem, eu estava vendo na televisão: “O número mais alto do Plano Real: subiu 1% a inflação, sei lá onde, 0,90%, e não-sei-quê.” Bom, quando eu era Ministro da Fazenda, ela era de 20% ao mês, 20% ao mês. Agora, quando se fala que passou de 5,5%, que estourou a meta de 5,5%, foi a 6%, ao ano. Quer dizer que, então, realmente, nestes anos todos, não houve perda da estabilidade, no sentido maior. Pode ter tido, em um ou outro momento, algum problema, mas, no geral, o período foi estável. Houve recursos escassos. Foram aplicados na área social – estou mostrando os resultados na área social. Houve uma forte preocupação em fazer com que o papel do Estado fosse um papel indutor e, ao mesmo tempo, redistribuidor de recursos. Dei os exemplos aqui.

Também é preciso dizer que houve uma transformação importante no nosso sistema produtivo. Pediria que mostrassem, aí, mais uma tabela. Esta é uma tabela que mostra o que aconteceu com o Produto Interno Bruto do Brasil, de 90 a 2001. Vai se ver, como os dados mostram, aqui, que, com a exceção do ano de 1990, em que houve uma diminuição com relação a 89, e de 92, em que houve uma pequena diminuição, nos outros anos todos o crescimento não foi o que queríamos, mas, mesmo no pior ano, que foi o de 98, não foi negativo.

O que significa isso? Aqui, estamos vendo a variação percentual. Quando se acumula – e está na tabela ao lado –, de 93, ou seja, do início do Real, até 2001, o crescimento do PIB foi de 31%. O PIB cresceu 30%. Quer dizer, cresceu quase uma terça parte do PIB que existia no ano de 90. Por quê? Porque não houve ziguezague maior. Não cresceu o que nós queríamos, mas não decresceu nunca. Chegou a zero, ou a quase, mas não foi negativo.

Quando se vê, nos anos, a média de crescimento, deve ter sido de 2%, 2,5%, acumulado. A média dos anos 80 foi negativa em 0,5%. Tem gente que diz: “O Brasil não cresce há 50 anos. Há 50 anos que não teve uma taxa de crescimento tão baixa quanto agora.” Não é verdade. Não tem

nada a ver com isso, não. Os dados mostram o contrário. Houve um momento, nos anos 70, de taxa de crescimento muito mais elevada. Mas não é verdade que estejamos em um momento de menor crescimento, porque a década de 80 foi negativa, em média, em 0,5%. E a década de 90, e 90 toda, foi positiva, 2 ponto qualquer coisa, e o acumulado dá 31%.

Bom, precisamos crescer mais, isso é verdade, mas não é verdade dizer que não houve crescimento. Os dados, dizem, não mentem. Algumas pessoas mentem, usando dados. Isso é outra coisa. Mas, os dados, quando usados de uma maneira racional, geralmente, espelham o que está acontecendo.

É claro que o que aconteceu é que a economia teve um crescimento regular. Não foi espetacular. Foi regular. Nos 12 anos anteriores a 93, durante cinco anos houve queda do PIB. Cresce 6% e cai 4%, cresce 7% e cai 5%, então esse zigzague é prejudicial. Melhor seria ter uma taxa de crescimento sustentado de 4,5%, 5%. E 4,5%, 5%, num crescimento acumulado, vai longe. Mesmo o crescimento per capita – não tenho os dados aqui, mas sei – do Real para cá, é de 1,7%, 1,8%, quer dizer, cresceu o per capita, que é mais difícil que o crescimento bruto.

Bom, isso significa que houve também uma transformação no sistema produtivo no Brasil. No sistema da produção agrária, isso é conhecido, porque passamos de uma produção de mais ou menos 46 milhões de toneladas de grãos, no começo da década, para 98 ou próximo a 100 milhões, neste ano, quer dizer, quase dobrou, em 10 anos, o crescimento agrícola, sendo que esse crescimento agrícola quase dobrou sem aumentar a área plantada. Quer dizer, aumentou muito pouco, o que é bom, porque não se destrói floresta, nem coisa nenhuma. Aumentou a produtividade de tal maneira que, hoje, o agrobusiness, o agronegócio, é altamente competitivo. Por isso, estamos brigando com o mundo todo. Por isso, é difícil fazer acordo com a União Européia, fazer acordo com a Alca, porque somos competitivos, altamente. Seguramente, o Brasil, hoje, é número um ou dois em quase tudo que é produto agrícola de commodities: café, soja, milho, açúcar, carne e por aí vai. Quer dizer, a nossa base produtiva agrícola cresceu espetacularmente, e temos condições de competição, porque cresceu aumentando a produ-
ti-

vidade. Barateou, portanto, a unidade de produção, o produto, o que nos leva a essa ação permanente com o chamado Grupo de Cairns, de luta por abertura com a União Européia, e a fazer reuniões e painéis a cada instante, para reclamar e não-sei-quê, porque somos competitivos.

Agora, isso não é só na agricultura. A indústria também passou de um declínio médio de 0,14%, entre 81 e 92, para um crescimento de 35, entre 93 e 2000. Quer dizer, o crescimento médio da indústria, do setor industrial, entre 93 e 2000, foi de 3,1% ao ano. Então, houve crescimento aí também. E no setor de serviços, também. O turismo cresceu bastante, o setor bancário, etc., etc.

Agora, esse crescimento tem que ser visto, no caso da indústria, assim como na questão do agronegócio, não apenas em termos quantitativos, mas em termos qualitativos. Não só o Brasil produz mais produtos, como diferenciou a sua pauta. E de exportação, nem se fala. Da nossa exportação, hoje, 60% é de manufatura. O resto se divide entre commodities, quer dizer, de produtos primário e semi-industrializados. É essa a nossa pauta de exportação.

Não é apenas isso, mas, também, o fato de que, ao produzirmos mais, nós produzimos melhor. E produzimos outras coisas, outras coisas. Produzimos avião, que nós não produzíamos, para exportar, para vender. Produzimos telefones celulares, que não produzíamos. Agora, um outro que nós já produzíamos e não muda a qualidade: automóvel. A indústria de automóveis instalada no Brasil tem capacidade produtiva de 3 milhões de unidades por ano. O mercado não consome isso. O mercado brasileiro consome 1 milhão e meio, 1 milhão e 700. Exporta-se pouco. Vai ter que exportar mais, e tem base para exportar, porque já tem capacidade instalada de 3 milhões de veículos. Isso significa que é o dobro ou o triplo do que tinha no começo da década. Agora, tão importante quanto isso é que, hoje, o produto é de qualidade global, porque senão não se exporta. Quer dizer, houve uma mudança qualitativa no como se produz e no que se produz, que não é medido por 3%, 4%, 5% ou menos 2.

O lado mais difícil de tudo isso é o lado dos empregos. O que aconteceu? De 94 a 2001, criamos cerca de 2 milhões de empregos, 1 milhão e

800 mil empregos, na economia como um todo. É pouco, é pouco. E é difícil a criação, a oferta de emprego, porque a mudança qualitativa do setor industrial leva a uma diminuição da mão-de-obra. E a mudança, também, no agrobusiness leva à expulsão da mão-de-obra.

Praticamente, o setor que absorve, hoje, mão-de-obra é o setor terciário, de serviços: educação, saúde, bancos. Esses são setores que crescem. A indústria, ao mesmo tempo em que aumenta a sua capacidade, às vezes até mesmo o seu resultado, quanto a produtos, e a sua qualidade, ela diminui a quantidade de pessoas que nela se empregam.

E, mais: nós estamos vivendo, ainda, os efeitos do chamado baby boom. A questão do desemprego, que é a mais difícil, a mais dramática que nós temos que enfrentar, se olharmos o problema do desemprego, temos que olhar junto com a questão demográfica.

A partir de 2005, vamos começar a ver os efeitos da diminuição da taxa de crescimento da população, que tem a ver com a taxa de fecundidade, lá atrás. Então, vamos começar a ver a diminuição em 2005. E lá por 2015 é que será possível ver que, realmente, a oferta de mão-de-obra doméstica, a menos que haja emigração, vai diminuir sensivelmente, porque a taxa de crescimento da população está caindo sensivelmente.

Mas nós ainda estamos absorvendo, no mercado de trabalho, os que nasceram há muito tempo, quando a taxa era mais elevada. Segundo, houve uma dinâmica extraordinária do mercado de trabalho brasileiro, que foi a entrada das mulheres. Hoje, o mercado de trabalho tem, eu não sei exatamente os números, digamos, 40% de mulheres. Há 30 anos não era assim.

Então, houve uma expansão do emprego suficiente para ampliar a oportunidade de as mulheres, que não trabalhavam, passarem a trabalhar. E, apesar disso, não houve, digamos, uma explosão na taxa de desemprego. Até tenho medo de dizer isso, porque a taxa de desemprego nossa está na faixa dos 7%. Para nós, é muito elevada e, para quem está desempregado, é elevadíssima. Comparativamente, não. Agora, os Estados Unidos estão chegando a 5, a mais de 5%. Os Estados Unidos. A Europa, em média, está a 9, 10. Não quero falar da América Latina,

porque aqui, a não ser o México, que tem uma taxa de desemprego bastante pequena, e mesmo o Chile, tem 9% de desemprego.

Então, olhando, em proporção... agora, não adianta ficar olhando, em proporção. Tem que olhar mesmo e tem que fazer tudo para baixar a taxa de desemprego e, sobretudo, o que é o mais preocupante, o desemprego dos mais jovens. Isso é uma questão difícil e mundial. Não é só aqui. É mundial. A questão é mundial e tem a ver, aí, depois, com a escolaridade. Só vão ter a capacidade de ter emprego os jovens que tiverem boa formação. E não temos, ainda, a capacidade de formar bem todos os nossos jovens. Por isso, a educação é fundamental para resolver, no futuro, até o problema do desemprego.

Bom, não quero cansá-los com muitas coisas dessa natureza, mas quero lhes dizer que, na verdade, tudo isso se deve ao fato de que conseguimos alguma coisa no comércio exterior, mas muito pouco. Muito pouco. Quer dizer, esperávamos aumentar muito mais a nossa capacidade de exportar – embora a balança de comércio seja favorável: no ano passado, foi positiva e, neste ano, já vi pelos dados aí que pode chegar a 6 bilhões de dólares –, num momento em que temos um déficit com a Argentina de quase 3 bilhões. Não fosse a crise da Argentina, seguramente, neste ano, estaríamos em 8 bilhões, pelo menos, de exportação. Portanto, esse problema, que foi aflitivo no meu primeiro mandato, por causa da taxa de câmbio, está praticamente resolvido, se imaginarmos que o comércio internacional caiu muito. Ele vai ter que retomar. Isso depende de ciclos de desenvolvimento, que independem de nós. E, com esse mundo integrado, isso é cada vez mais assim.

Mas eu dizia: “Depende disso e depende, naturalmente, da expansão do nosso consumo interno.” E isso é fundamental. E também é fundamental a taxa de poupança. A nossa taxa de poupança é baixa, relativamente. A nossa taxa de poupança é de 20%, mais ou menos, ou seja, o que se pode investir é 20% do que se produz. Isso, comparado com um país europeu, é altíssimo. Mas, comparado com um país como a Coréia, é muito baixo. A Coréia já chegou a 30%, a até mais de 30%. Nós próprios já chegamos, em certos momentos, no passado, a 23%, 24%. Mas temos que fazer um grande esforço para aumentar a poupança.

E digo mais: essa poupança, hoje, tem um problema complicado, porque, no passado, o setor público poupava. Como é que fizemos a Petrobras? Como é que fizemos os investimentos de eletricidade? Com imposto. Telefonia e também com imposto. Todo o mundo pagava imposto. Quando se comprava gasolina, era o imposto para o petróleo. Quando se comprava eletricidade, era o imposto. Bom, o Estado, portanto, poupava. Graças ao que mostrei aos senhores, lá atrás, naquela primeira tabela – não chamei a atenção para os superávits primários, que temos que fazer para poder resolver o problema da dívida –, o Estado brasileiro no seu conjunto, o Estado que digo é a União, o município, tudo, ao invés de poupar, passou a se endividar. Ele é despoupador. O Estado não tem de onde tirar dinheiro para investir. Ao contrário, ele toma dinheiro nos bancos para manter suas atividades.

Bom, então, a poupança, hoje, vem do setor privado nacional e estrangeiro. Grosso modo, nestes últimos anos, de 95 para cá, em investimento direto, houve investimento de mais ou menos 150 bilhões de dólares no Brasil. É muito dinheiro. Só a China nos superou. Só a China. Mesmo nos anos de dificuldade, como o ano passado, houve investimento de quase 20 bilhões – de mais até – de dólares, no ano passado.

Mas não é verdade que esse investimento tenha sido sustentado por causa disso. Se a taxa de investimento é de 20% e se temos um PIB de 600 bilhões, são 120 bilhões. Se o investimento externo é de 20, é porque continuamos poupando 100. O de que precisamos é criar coisas fáceis de falar, mas dificílimas de fazer: um mercado de capitais, e fazer com que os fundos de investimentos tenham uma maior desenvoltura, criar condições basicamente no sistema financeiro, para que haja uma alavanca mais poderosa no setor de construção civil. Enfim, as receitas são sabidas. As transformações dependem de lei, de interesses, de lobbies, de dificuldades técnicas, de capacidades de toda ordem.

Mas, de qualquer maneira, estamos avançando. E o que é mais importante é que, com esses investimentos nacionais e estrangeiros, houve também a absorção de tecnologia, e grande. Ninguém produz o produto para ser vendido lá fora – e somos competitivos também em indústria –, se não tiver tecnologia. É claro que aí o Estado tem um papel. E

não por acaso nós mudamos todo o sistema de ciência e tecnologia e criamos os fundos. E, no decorrer dos próximos anos, os efeitos vão estar presentes aí, porque esses fundos são vultosos: cerca de 1 bilhão de reais adicionais todo ano. Agora, vou mandar para o Congresso a Lei de Inovação, que é uma lei importante para viabilizar, também, o desenvolvimento científico e tecnológico. De modo que tudo isso vai, realmente, criar condições mais favoráveis.

Agora, não posso deixar de, nesta conversa, assim, aberta e franca, como costume fazer aqui, dizer que, além dos constrangimentos orçamentários já mostrados, que têm a ver com a reforma, essas reformas ficaram pela metade. E não porque eu não quisesse. Não fiz outra coisa, a não ser pedir reforma.

De vez em quando eu ouço dizer: “Ah, mas se, pelo menos, votassem a reforma tributária.” Está no Congresso. Está lá no Congresso. E os que hoje pedem votaram contra ontem. Votaram contra ontem, impediram a reforma tributária.

Agora mesmo, está lá no Congresso a reforma para reduzir o imposto em cascata do PIS, do Cofins. Não votam. E por que é que não votam? Porque a reforma tributária é muito complicada. Uns ganham e outros perdem. Não há uma reforma tributária em que todos ganham. Então, quando você vai mudar o sistema, uns vão ganhar e outros vão perder. Os que vão perder vão lá e reclamam, e não avança a reforma tributária.

Bem, mas além desses problemas, é inegável que tem um outro problema que não pode ser omitido, que é a questão da dinâmica da dívida. Antes de falar sobre a dívida interna, eu quero dizer que, com relação à dívida externa – é curioso –, a dívida externa pública diminuiu. De 94 para 2001, de dezembro de 94 para dezembro de 2001, ela passou de 94 bilhões de dólares para 92. Como o PIB cresceu, com a proporção do PIB, diminuiu bastante. E isso é a dívida bruta, porque na dívida líquida tem-se que descontar as reservas. Se as reservas forem de 30, a dívida, de 90, passa para 60. E 60 é 10% do PIB. Qualquer país europeu desenvolvido deve, mas muito, muito, muito mais do que isso, e sem problema.

A dívida que pesa mais, hoje – à dívida externa me refiro –, é a do setor privado, que deve estar na ordem de 120 bilhões de dólares, dos

quais uns 30 são de comércio, de curto prazo, e o resto é de investimento. Não é do Governo, não foi o Governo que tomou dinheiro emprestado. O Governo fez outra coisa, o Governo consolidou a dívida externa, renegociou, está toda renegociada para pagamento em 30 anos de prazo.

Para dar um dado mais objetivo: o pagamento do Governo, no segundo semestre deste ano, é de 1,2 bilhões. Nós temos 39 de reserva. E, no setor privado, é de 9 bilhões. Também, não tem problema. Quais são as empresas que estão devendo? São as grandes. Não vou citar nomes. Nacionais e estrangeiras. Por que estão devendo? Porque tomaram dinheiro lá fora, porque a taxa de juros é mais barata.

Então, qual é o problema? O problema é quando se tem um tremor no mercado internacional e começam a fazer profecias de que aqui também vai acontecer isso. Os bancos, com receio do que possa vir a acontecer, por n razões – podem dizer que é política, econômica, não importa –, por qualquer razão, começam a segurar as linhas de crédito. E, ao segurarem as linhas de crédito, eles não deixam que as empresas, dificultam que as empresas façam a rolagem de suas dívidas.

Uma empresa que tomou dinheiro na suposição de que ela ia pagar em cinco anos não pode pagar no ano seguinte. Ela está supondo que vai haver crédito. Quando se sufoca o crédito, sufoca-se a empresa. E, aí, o Governo tem que atuar e buscar empréstimos no Fundo Monetário, para poder mostrar aos bancos que “não, não se preocupem, que vai ter jeito para pagar; mesmo que venha um governo que seja diferente do atual, ele vai ter recursos para pagar”, que é o que nós estamos fazendo. Mostrar que se vai poder pagar, para poderem soltar as linhas de crédito outra vez, para que as empresas rolem as dívidas. Essa é a questão da dívida externa.

A responsabilidade pública maior não é com a dívida externa. Eu já dei o dado: de 94 passou para 92 bilhões de dólares brutos; a líquida é menos. Isso não é nada. Eu até digo: “Isso não é nada.” Fico com medo, porque, para mim, um dólar já começa a preocupar. Agora bilhões... Mas, em proporção ao PIB, ou em proporção às dívidas de outros países, é uma dívida que é pagável. Agora, põe uma outra tabela aí.

Essa diz respeito à dívida interna. Aí se mostra por que é que a dívida cresceu, e cresceu bastante: de 607 para 633 bilhões de reais – aí é real.

Bem, por que cresceu assim? Cresceu assim, basicamente, porque, olha lá: programa de fortalecimento dos bancos federais, 69 bilhões. Isso quer dizer o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, os bancos todos que estavam em situação pré-falimentar. O Tesouro teve que aportar, para poder manter o banco ativo e não privatizar. Se privatizar, sai daí a dívida; se não privatizar, tem que botar o dinheiro, porque o banco está em situação difícil. Foi posto dinheiro, então, no programa de fortalecimento dos bancos federais.

Depois, estados e municípios, 275 bilhões. O que é isso? É o saneamento. O Governo não se endividou. O Estado já estava endividado. Nas mãos de quem? Dos municípios e dos estados que pagavam aos bancos privados taxas de juros de 6%, 7%, 8% e até mais, ao mês. A renegociação da dívida, que é isso aí, fez com que os estados e municípios jogassem essas dívidas para o Banco Central e se comprometessem a pagá-las à União, num prazo de 30 anos, com taxas de juros que variavam entre 6%, 7% ao ano, até o limite de 13% da receita líquida do estado – mais, não, senão nem paga.

Por que foi feito isso? Porque ou se fazia isso, ou quebravam os estados e municípios, ou quebravam os bancos, que eram estaduais, na verdade, e haviam sido endividados, e, portanto, quebrava o Tesouro.

Isso é passado. São 275 bilhões de reais.

Bom, depois, de programas de governo foram 53 bilhões. Aí, eventualmente, uma estrada, a duplicação da Fernão Dias. Aí, tem dívida. Aí, é dívida pública. Pode ser que tenha. Não estou dizendo. É um exemplo. Não sei se, especificamente, é isso. Mas, de qualquer maneira, o item é para isso.

Custo cambial, passivos contingentes. Quer dizer, são passivos que não se sabe se existem ou não existem. De repente, do FGTS veio uma conta de 60 e tantos bilhões, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Estamos pagando. Pagando como? Emitindo títulos. Está aí, não é?

Bom, juros nominais: 110 bilhões. Então, quando dizem: “Tudo isso é porque...” Não. A taxa de juros é em função do tamanho da dívida. Com uma dívida desse tamanho, ao se lançar título para o público, que somos nós próprios, quando temos depósitos nos bancos, aceitamos

manter a dívida e a taxa de juros sobe. Ela é em função disso, do tamanho da dívida. Então, tem uma relação, sim, com o tamanho da dívida.

O tamanho da dívida estou explicando de onde é que vem. Não vem de um descontrole do Governo Federal. Vem de um esforço de botar ordem, de sanear o que já existia, sem falar nos “esqueletos” que já havia. Não sei se os passivos contingentes podem ser chamados de “esqueletos”. Eu não tenho certeza. O que são os “esqueletos”? São dívidas que existiam e não eram reconhecidas. FCVS. Nem vou dar esses nomes. São nomes feios. Mas são dívidas que vêm de 20 anos, 30 anos e vão se empurrando com a barriga. Agora, é tudo registrado. Como é tudo registrado, o que não se sabia que se devia, mas que se devia, passou a ser reconhecido como dívida. Os juros são elevados, mas são 110 bilhões desse conjunto todo que está aí.

E por que se precisa de superávit primário, que está lá, de 103 bilhões? Por que esses poucos bilhões que temos no orçamento e, ainda por cima, temos que contingenciar para fazer superávit? Porque senão essa dívida, que já é alta, explode. E, se ela explodir, aí, sim, você tem moratória, tem falência, tem uma porção de coisas. Não pode. Então, o Governo tem que ter a responsabilidade de mostrar que ele é capaz, ou melhor, que a sociedade é capaz de, através dos impostos – e o Governo é responsável por separar uma parte do que recolhe –, pagar a dívida. “Ah, o que é que se fez com o dinheiro da privatização?” Serviu para tudo isso, mas também serviu para pagar a dívida. Se não tivesse pago a dívida, ela estava mais alta. O caixa é único. Não sei se o dinheiro é o que saiu daqui ou dali. Mas é para isso. E tudo isso é público, é transparente. Qualquer um vai lá na Internet e acessa.

Então, quando as pessoas, sobre a dívida, falam coisas, às vezes, disparatadas, é ou porque estão mal informadas, não tiveram o trabalho de olhar na Internet, ou porque querem distorcer os dados. Os dados são esses que estão aí. São feios. São a cara dos desmandos que ocorreram no nosso país. São os desmandos que ocorreram no nosso país.

O Ministro Pedro Malan tem uma frase de que gosto muito: “O problema do Brasil não é a surpresa do futuro. É a surpresa do passado.” De repente, aparece uma coisa que já aconteceu, que ninguém

sabia, e lá vem a dívida. E é assim mesmo: dívidas de que não se sabia, e que aparecem.

Bom, estou, na verdade, mostrando tudo isso, e os “esqueletos” do Cruzado foram 16% do global da dívida. É claro que os juros e a desvalorização cambial fazem parte disso aí, também. É inegável. Mas estou dizendo: os juros são em função da dívida. E, porque ela é grande e pode se rolar, as pessoas tocam uma taxa de risco mais elevada. Não é uma coisa sem lógica. E não é o Governo quem quer esses juros. Ao Governo, quanto menos juros puder pagar, melhor, porque baixa a sua necessidade de superávit, baixa a dívida. É preciso que o mercado aceite. Não adianta eu fazer um decreto e o sujeito não comprar o título. E quem lê, quem acompanha o que acontece no mercado financeiro sabe que, freqüentemente, não se compram os títulos. Nesses dias de nervosismo, o Banco Central tenta vender e eles pedem – como chama? – um prêmio, uma taxa de juros tão elevada que o Governo não vende. Então, isso aí não é uma decisão de governo. É uma questão da situação econômica, que tem que ser, enfim, reposta de uma maneira adequada.

O fato é que os recursos foram utilizados dessa maneira. A dívida é grande. Ela é manejável. Os credores da dívida brasileira são os brasileiros. E é uma dívida basicamente em reais, o que faz uma imensa diferença dos outros países que têm tudo em dólar, porque, quando tem uma turbulência do dólar, ou uma corrida, aí, sim, complica tudo. Aqui, a dívida é em real e os credores do Estado são, através dos bancos, todos os que têm depósito e vão para os fundos. Ou seja, é uma boa porcentagem da população brasileira, da classe média, e não toda uma porcentagem, mas são os que têm grandes fundos que emprestam ao Governo.

Bom, se não emprestarem ao Governo, se pararem de emprestar, aí complica muito. Nunca pararam, até porque não têm muita alternativa do que fazer com o dinheiro em real. Se fosse em dólar a dívida, aí teriam alternativas. Mas, em real, vão fazer o quê? Quem é que toma tanto dinheiro? Só o Governo.

Então, é por isso que podemos administrar a dívida, sob a condição de que tenhamos a capacidade de administrá-la. E capacidade de administrar significa tomar medidas duras, muitas vezes e, também,

ter credibilidade interna e externa, para poder superar os momentos de turbulência.

Bom, não quero continuar com muitos dados e quadros, embora eu goste disso. Só quero dizer o seguinte: estou dando um retrato do Brasil como ele é, com o que há de bom, com o que há de mau, cresceu, não cresceu, quanto cresceu, conseguiu isso, não conseguiu aquilo, tem vulnerabilidade aqui ou ali. A chamada vulnerabilidade externa é um pouco exagerada, porque, já mostrei, a dívida pública é pequena. E, nas contas, mesmo hoje, o gap, a brecha, como dizem, é de menos de 20 bilhões, 18 bilhões. Para um país que tem 600, é relativamente pequeno.

O problema é a credibilidade. O problema é começarem a imaginar que não se vai pagar, porque, aí, pára tudo. Quando há credibilidade, tem crédito; não tem credibilidade, pára o crédito. Mas, em si mesmo, ele é perfeitamente manejável. E, enquanto eu for Presidente, vou manejar. Vou manejar, tomar as medidas necessárias, com correção, com clareza, explicando à população, dizendo o quê e o porquê. E nós vamos superando as turbulências. E não podemos nos prender às turbulências, temos que ver o rumo. E o rumo, eu mostrei a vocês: apesar de todas as dificuldades, estamos avançando, no setor produtivo, setor social, etc.

Isso tudo – e eu vou terminando, porque vocês devem estar cansados de me ouvir – nos leva a ver: “E o nosso peso no mundo? Como é que nós ficamos, com tudo isso?” Olha, é grande, é razoavelmente grande.

Hoje, acho que, com todas as dificuldades, houve muito investimento no Brasil. O sistema é globalizado, há uma interconexão, mas a globalização é assimétrica: uns ganham muito, outros não ganham nada, outros ganham mais ou menos. Nós estamos no mais ou menos. Quer dizer, a globalização não desorganizou a nossa economia. A nossa economia foi forte e a nossa sociedade, mais do que a economia, se reorganizou. Apanha aqui, ali, mas vai adiante. Conseguiu se reorganizar para entrar numa fase de manter seu horizonte, sua perspectiva. Houve muita concentração de investimento aqui. Não foi em toda a parte do mundo que isso ocorreu, ocorreu em poucas partes do mundo. Do mundo desenvolvido, certamente já tinha ocorrido. Ocorreu em alguns setores da Ásia e em alguns setores da América Latina, notadamente no Méxi-

co, no Brasil e, até certo ponto, no Chile. Os outros não conseguiram ainda, nesta fase tão difícil de mudanças globais – espero que consigam –, um horizonte em que digam: “Bom, aqui dá para avançar.” Muitos de nossos vizinhos têm condições, mas não conseguiram ainda, por razões que, muitas vezes, independem deles. Nós conseguimos, bem ou mal, nos posicionar para esse mundo globalizado. Temos que persistir nesse caminho. E, porque nós conseguimos, nós temos uma influência razoável.

Empenhei-me muito, nestes anos, em fazer com que nos mobilizássemos na América do Sul, porque acho que – e digo isso desde que fui Ministro das Relações Exteriores; já no meu primeiro discurso, eu dizia isso – temos que olhar para a América do Sul. Nós somos da América Latina, somos das Américas, somos ocidentais. Tudo isso é verdade, mas a América do Sul é o nosso entorno imediato e é onde podemos ter alianças comerciais e políticas mais sólidas.

O Mercosul é muito importante por isso. Mas não é só o Mercosul. Fiz, pela primeira vez, uma reunião dos presidentes da América do Sul, aqui, em Brasília. Agora, fomos à segunda, Doutor Marco Maciel e eu, lá em Guayaquil. Deu para perceber que a presença do Brasil é fundamental para organizar esse espaço sul-americano, que é o nosso espaço. Organizar a favor e não contra. O Barão do Rio Branco sempre dizia que o Brasil tem que estar com um bom relacionamento com os Estados Unidos, e olhando para o Prata. Eu diria: bom relacionamento com os Estados Unidos – porque, senão, eles que são a potência hegemônica vão perturbar muito – e olhando para a América do Sul, e não só para o Prata, olhando para a América do Sul.

Isso não quer dizer que possamos dispensar parcerias estratégicas importantes. Por exemplo, o México. Acabamos de fazer um tratado de ampliar a área de comércio com o México. O México é um parceiro importante. Mas ele pertence a outro universo, pelos interesses legítimos dele. Também precisamos fazer parceria com a Europa. É difícil. Tentamos agora mesmo, em julho. Estamos avançando, tentando avançar. E também com os Estados Unidos, com uma condição, que já coloquei claramente, em Quebec, diante de todos os presidentes das Américas, inclusive dos Estados Unidos: não podemos aceitar as leis

anti-dumping como são, os subsídios como são, as restrições de mercados. Não vamos aceitar. Quer dizer, se estiverem dispostos a um relacionamento correto, não digo nem igual, porque um é muito mais forte que os outros, mas, enfim, correto, igual na soberania, quer dizer, na decisão. Agora, nas vantagens, cada um vai tentar tirar o que puder. Muito bem, vamos negociar. Se não for correto, não vamos aceitar. Isso é negócio. Isso não é outra coisa. É comércio. A Área de Livre Comércio é negócio. Interessa ou não interessa? A que setor? Vamos nos preparar.

Acho, portanto, que temos que olhar o Brasil como um país que tem uma influência considerável na região da América do Sul, que participa do hemisfério, tem responsabilidades de segurança diante do hemisfério, como mostramos, ainda recentemente, na questão do 11 de Setembro, que necessita de uma relação comercial mais ativa com a Europa e que não vai perder de vista os grandes mercados da Ásia, como a China, que é um país que vai ter um peso crescente, o Japão, que é a segunda maior economia do mundo, e o que pudermos com a Índia, com a Malásia, etc. E tentar uma posição de equilíbrio, como nós temos na questão do Oriente Médio, nas grandes questões dos choques existentes no mundo, uma posição de equilíbrio. E podemos exercer essa posição com modéstia, porque não temos força para muito. Mas devemos ter uma presença valorativa, pelo menos, no que diz respeito aos grandes debates internacionais.

Devemos contribuir crescentemente, e temos base para isso, para que o mundo seja, cada vez mais, um mundo não unipolar, mas que seja um mundo cada vez mais multipolar, ou, dito de outra maneira, para que as organizações multilaterais continuem a ter peso, para que o unilateralismo não sufoque as organizações multilaterais. Por isso é tão importante a OMC, por isso é tão importante o que aconteceu em Doha, onde nós conseguimos avançar, e espero que consigamos mais. Por isso é importante, agora que o Congresso americano deu ao Presidente dos Estados Unidos o TPA, quer dizer, Trade Promotional Authority, a capacidade de promover, autoridade para mexer no comércio, que eles usem isso para reforçar o que aconteceu em Doha. É

importante que se crie esse espírito, que se continue a criar esse espírito multilateral.

Um país como o nosso não tem porque ter alinhamentos automáticos a nada, a não ser em relação aos valores fundamentais da nossa civilização democrática ocidental: direitos humanos, liberdade, democracia, essas questões básicas. Isso sim. Aí, somos incondicionais. Mas, em negócio, temos que ver qual é o nosso lado.

Temos condições para, crescentemente, desempenhar um papel construtivo nessa ordem mundial. Essa ordem mundial está muito diferente hoje do que ela foi quando foi instaurada na Conferência de São Francisco, depois da Segunda Guerra Mundial. Não obstante, as instituições de São Francisco são as únicas que existem e ficaram pequenas para o desafio do mundo de hoje. As próprias Nações Unidas, a gente percebe que têm dificuldade – e apoiamos sempre as Nações Unidas – no exercício da sua missão de paz. Frequentemente dependem de decisões que são de outros países ou de um só país. O fortalecimento da Organização Mundial do Comércio passa por avatares. Vamos ver o que vai acontecer nas reuniões que vão se suceder depois da reunião de Doha.

Estamos num momento, o “momento” que eu digo, na história, não é o ano que vem, são décadas, mas décadas nas quais temos que nos projetar nesse espírito, vendo o que é possível, o que é necessário, porque o mundo não vai poder continuar apertando tanto a camisa das instituições existentes. Mesmo as organizações financeiras existentes, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – e os dois são importantes para nós; o BID tem um papel imenso aqui no Brasil – ficaram pequenas diante do desafio do mundo. O BNDES tem mais recursos para dar, no orçamento deste ano, do que o Banco Mundial. Só que nós, brasileiros, não sabemos. O BNDES sozinho tem uma carteira de empréstimos equivalente à do Banco Mundial e maior que a do BID. Não estou falando do Banco do Nordeste, não estou falando da Caixa Econômica Federal. Estou falando do BNDES. Ele sozinho tem um peso grande. Ora, o que significa isso? Como estamos reclamando que não temos capacidade suficiente de financiamento para as nossas necessidades brasileiras, com o BNDES e o resto? Como é que o Banco

Mundial, com o que tem, pode atender aos desafios da África ou aos nossos? Não tem, é pouco. Apesar dos esforços imensos do Presidente atual do Banco Mundial para desburocratizar o banco, de alguma maneira há uma certa ossificação dessas instituições internacionais.

O próprio Fundo Monetário Internacional melhorou, porque agora houve mais recursos aportados. Nós lutamos muito para que houvesse mais recursos disponíveis, para o Fundo Monetário poder atuar no momento oportuno, como eu espero que atue agora, aqui, no Brasil, porque não adianta atuar depois, sem que a crise exista. Quando começa a haver sinais de inquietação, tem que dizer: “Não, não tem por que ficar inquieto, porque nós apoiamos e tem recurso.” Na última vez que o Fundo Monetário nos ajudou, nem usamos os recursos. Foram 40 e tantos bilhões. Mas não usamos, simplesmente para dizer: “Não vem, que não tem. Não tentem pensar que vai haver aqui um estrangulamento, porque nós temos o oxigênio.”

Essa função do Fundo Monetário é positiva e tem que ser ampliada. O Brasil quer ter maior participação nele. Estamos lutando para ter um número maior de quotas no fundo, para que possamos ter maior participação. Evidentemente que assistimos hoje – eu disse recentemente em Guayaquil – a essas massas insatisfeitas, que, muitas vezes, nem aparecem, senão os grupos de vanguarda, de ONGs e não-sei-quê.

Para cada reunião que existe, dos G8, G7, existem manifestações contra. Para tudo que é global, há contra. Isso é sinal preocupante, porque mostra que alguma coisa não vai bem. Mas, por outro lado, é um caminho que não vai dar solução, porque não temos que quebrar as instituições, temos que melhorar, criá-las mais adequadas. Como é que se vai governar o mundo, se não houver instituições que lidem com fenômenos planetários? Não dá mais para pensar o mundo no isolamento de cada país e tampouco apetecer que seja pensado no isolamento de um país, tem que ser pensado no conjunto dos países. Acho que esse é o nosso desafio, digamos assim, estratégico.

Como é que vamos, com a visão do mundo, com os recursos disponíveis, com a consciência das nossas limitações e da nossa capacitação também, progressivamente, fazer com que o nosso país tenha uma voz

cada vez mais forte, não no sentido negativo de impor, de hegemonia, mas no sentido de uma voz de bom senso e de equilíbrio de força. Isso não se faz com alarde, mas se faz com credibilidade, se faz com persistência no rumo.

Enfim, os senhores certamente terão tido muito mais tempo, nestes meses em que se dedicam a esses estudos, de saber, em detalhes, essas coisas, que um Presidente da República se ocupa de n coisas a cada dia. Mas não queria deixar de transmitir-lhes, primeiro, meu entusiasmo. Estou no oitavo ano de governo e tenho um grande entusiasmo pelo País, pelo que faço, pelo que fazemos. Acho que as dificuldades não devem ser, nunca, vistas por nós como uma barreira intransponível. Queria deixar, realmente, uma mensagem de confiança no País, de entusiasmo. Confiança nos avanços da sociedade, na democracia, na economia, na nossa própria capacidade.

Depois, também, algumas preocupações que já assinaiei. Vamos precisar acelerar mais os nossos avanços. E algumas preocupações quanto à necessidade de também atuarmos, mais fortemente, no âmbito internacional, para que os nossos interesses, que são, de alguma maneira, coincidentes com os interesses da humanidade, possam se firmar. Por isso mesmo, em todas as vezes que pude, falei com força nos organismos internacionais, nas reuniões internacionais.

Ainda agora, dentro de poucas semanas, vamos estar em Johannesburg, numa reunião importante, sobre o desenvolvimento e a questão do meio ambiente. É importante porque é uma tentativa de mostrar que não dá para resolver essas questões, deixando imensas massas humanas à margem do crescimento, e que essa globalização tem que ser mais solidária. Não pode continuar sendo uma globalização assimétrica. Que não é possível que o mercado tenha uma voz tão mais forte que as instituições políticas, que as nacionais – estas até que têm – e as internacionais tenham uma voz muito mais arrefecida, muito mais rouca, do que a voz forte dos mercados.

Os mercados são muito importantes, eles sabem alocar recursos. Mas eles não são nem responsáveis, nem capazes de atender aos reclamos das pessoas. Os reclamos das pessoas dependem de uma consciên-

cia social, dependem de um poder político capaz de, efetivamente, no momento necessário, orientar, conter, senão orientar os eventuais destemperos dos mercados, porque nós sabemos que eles se destemperam. Eles se destemperam e é preciso que haja um poder político capaz de retemperá-los, para que possamos, então, avançar no sentido que interessa a todos nós, que é o fortalecimento não só do nosso país, que, certamente, interessa, e muito, mas do nosso povo e de valores fundamentais, que são os da liberdade, da democracia e do respeito aos seres humanos.

Muito obrigado.